

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.562, DE 2001

Altera a Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, para proibir o desconto de qualquer natureza nas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, sem a expressa anuência do titular.

Autor: Deputado Paulo Marinho

Relator: Deputada Nair Xavier Lobo

I - RELATÓRIO

O PL n.º 4.562, de 2001, do Deputado Paulo Marinho, acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei n.º 8.036, de 1990, para vedar “*o desconto compulsório de qualquer natureza, na conta vinculada, sem a expressa anuência do titular*”.

Em sua justificação, o autor da proposição argumenta que a inclusão do supracitado dispositivo é necessária para evitar qualquer tipo de dúvida, embora alguns possam argumentar que a vedação de descontos já esteja pressuposta na legislação vigente.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, cabe-nos saudar o ilustre autor do projeto de lei sob exame, Deputado Paulo Marinho, por sua preocupação em preservar a integridade das contas vinculadas do FGTS, que se constituem em patrimônio pessoal dos trabalhadores. Não obstante, e considerando a própria justificação do projeto de lei, que reconhece a possibilidade de que a vedação de descontos esteja pressuposta na legislação fundiária, compete a esta douta Comissão analisar a proposição sob a ótica de sua real necessidade.

Nesse sentido, é relevante lembrar que qualquer tipo de movimentação da conta vinculada, com a óbvia exceção da hipótese de falecimento, só pode ser realizada diretamente por seu titular, mediante requerimento assinado ao Agente Operador. Essa exigência equivale, na prática, à proibição de qualquer tipo de movimentação ou “desconto”, sem a concordância expressa do titular. Portanto, os eventuais saques realizados sem autorização do trabalhador constituem-se fraudes e como tal devem ser tratados.

Ademais, cumpre chamar a atenção para o fato de que o art. 6º, inciso I, da Lei Complementar n.º 110, de 29 de junho de 2001, corrobora a interpretação de que o desconto na conta vinculada do FGTS, sem consulta ao trabalhador, já é vedado, pois condiciona a redução do valor do complemento de atualização monetária – o “deságio” da correção monetária dos planos Verão e Collor I, no âmbito do Acordo do FGTS – à “*expressa concordância do titular da conta vinculada*”, que deve constar de Termo de Adesão, firmado pelo trabalhador junto à Caixa Econômica Federal.

Desse modo, a proposição em epígrafe em nada inova a legislação do FGTS e não estabelece, na prática, qualquer proteção adicional ao titular da conta vinculada.

Pelas razões expostas, somos pela rejeição do PL n.º
4.562, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputada Nair Xavier Lobo
Relatora

113762.080